

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

- **Disciplina:** Direito e Economia da Regulação: o Setor Ferroviário
- **Curso:** Doutorado
- **Tipo Disciplina:** Eletiva específica
- **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

- **Ementa:**

Políticas públicas e regulação. Falhas de mercado. Teorias sobre regulação: teoria normativa, teoria da captura, Teoria da Regulação Econômica. Desregulação. A teoria das *essential facilities* e suas limitações. Regulação de acesso a redes. Regulação dos serviços públicos e das atividades econômicas monopolizadas. Desverticalização dos setores de infraestrutura e a introdução de concorrência. Interação entre agências reguladoras e CADE. Análise de impacto regulatório. Regulação de ferrovias.

- **Objetivos:**

O objetivo da disciplina é apresentar conceitos de regulação econômica, em especial no setor de infraestrutura de transportes, com uma abordagem que combine as óticas jurídica e econômica. Pretende-se ainda combinar a discussão conceitual com a análise de casos concretos, com foco na experiência brasileira.

A disciplina será dividida em duas partes. Na primeira, serão abordados temas gerais de regulação de infraestrutura, com o objetivo de discutir o papel do Estado na Ordem Econômica e capacitar o aluno a compreender e aplicar instrumentos de regulação da atividade econômica. A segunda parte terá a duração de cinco aulas e versará sobre a regulação de ferrovias, com foco na experiência brasileira recente, mas também examinando o caso de outros países. O objetivo é que o aluno assimile os conceitos econômicos básicos e tome conhecimento das reformas por que o setor vem passando, no Brasil e em outros países, entendendo por que essas reformas têm sido adotadas e conhecendo o que deu certo e errado com elas.

- **Temas e Bibliografia:**

O mercado como instituição econômica e jurídica

Políticas públicas e regulação

O processo de reforma do Estado

Bibliografia:

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: RT, capítulos I e IV.

Ministério da Administração e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: MARE, 1995.

SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Regulação e concorrência: a atuação do CADE nos setores de infraestrutura. São Paulo: Saraiva, 2013, cap. 1.

Falhas de Mercado

Bibliografia:

PINHEIRO, Armando Castelar e SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, cap 5.

VISCUSI, W.; HARRINTON JR., Joseph; VERNON, John. Economics of regulation and antitrust. Cambridge: The MIT Press, 2005, pp. 401/425.

Falhas de Governo

Bibliografia:

STIGLER, George. The theory of economic regulation. Bell Journal of Economics and Management Science, v. 1, primavera de 1971.

STIGLITZ, Joseph. Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, capítulo “Desregulamentação desembestada”.

VISCUSI, W.; HARRINTON JR., Joseph; VERNON, John. Economics of regulation and antitrust. Cambridge: The MIT Press, 2005, pp. 376/396.

O que é regular?

Bibliografia:

BINENBOJM, Gustavo. Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações político-jurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. Belo Horizonte: Fórum, 2016, cap. 4.

FOX, William. Administrative law. LexisNexis, 2012, pp. 1-22.

VISCUSI, W.; HARRINTON JR., Joseph; VERNON, John. Economics of regulation and antitrust. Cambridge: The MIT Press, 2005, pp. 357/362.

Defesa da concorrência em setores regulados

Teoria das essential facilities

Bibliografia:

HOVENKAMP, Herbert. The antitrust enterprise: principle and execution. Cambridge: Harvard University Press, 2005, pp. 227/248 (Antitrust under Regulation and Deregulation).

NESTER, Wagner. Regulação e concorrência: compartilhamento de infraestruturas e redes. São Paulo: Dialética, 2006, pp. 165-240.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação da atividade econômica (princípios e fundamentos jurídicos). São Paulo: Malheiros, 2008, cap. III.

Regulação e interesses públicos

Análise de impacto regulatório

Bibliografia:

CROLEY, Steven. Regulation and public interests: The possibility of good regulatory government. Princeton: Princeton University Press, 2008, cap. 2, 3 e 4.

RODRIGO, Delia. Regulatory Impact Analysis in OECD Countries Challenges for developing countries. OECD, 2005.

A evolução histórica e a situação atual do setor ferroviário brasileiro

Bibliografia:

DAYCHOUM, M. T. e SAMPAIO, P.R.P. Regulação e Concorrência no Setor Ferroviário. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, capítulo 1.

SUMMERHILL, William R., Order Against Progress: Government, Foreign Investment, and Railroads in Brazil, 1854-1913, Stanford University Press, 2003.

CASTELLO BRANCO, José Eduardo Sabóia. A segregação da infraestrutura como elemento reestruturador do sistema ferroviário de carga no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2008. Disponível em: <www.pet.coppe.ufrj.br> pp. 36/59.

Conceitos básicos de regulação: o caso das ferrovias

Bibliografia:

DAYCHOUM, M. T. e SAMPAIO, P.R.P. Regulação e Concorrência no Setor Ferroviário. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, capítulo 2.

KESSIDES, I.; WILLIG, Robert D. Competition and regulation in the railroad industry. In: FRISCHTAK, C. (org.). Regulatory Policies and Reform: A Comparative Perspective. World Bank, 1995.

_____. Restructuring Regulation of the Rail Industry for the Public Interest. Policy Research Working Paper nº 1506, World Bank, 1995.

WORLD BANK. Railway Reform: Toolkit or Improving Rail Sector Performance, 2011.

A experiência internacional com reformas regulatórias nas ferrovias

Bibliografia:

DAYCHOUM, M. T. e SAMPAIO, P.R.P. Regulação e Concorrência no Setor Ferroviário. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, capítulo 3.

GÓMEZ-IBÁÑEZ, José A.; DE RUS, Ginés. Competition in the railway industry: an international comparative analysis. Massachusetts: Edward Elgar, 2006.

ROLAND BERGER STRATEGY CONSULTANTS (2012): The optimal setup of a rail system – Lessons learned from Outside Europe. Disponível em: http://www.rolandberger.com/media/pdf/Roland_Berger_Railways_Outside_Europe_20121015.pdf.

Reform of the Railway Sector and its Achievements, Network Industries Quarterly, vol. 18, n. 4, 2016.

A reforma estrutural das ferrovias: Brasil, 2011

Bibliografia:

DAYCHOUM, M. T. e SAMPAIO, P.R.P. Regulação e Concorrência no Setor Ferroviário. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, capítulo 4.

PINHEIRO, A. C. a Nova Reforma Regulatória do Setor Ferroviário. In Pinheiro, Armando Castelar e FRISCHTAK, Cláudio Roberto. Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

A revisão tarifária: Brasil, 2012

Bibliografia:

ANTT, Nota Técnica 142. Disponível em <http://bit.ly/2tpPJEB>.

ANTT, Estudo Técnico 01/SUREG/2011. Disponível em <http://bit.ly/2sioewg>.

ANTT, Nota Técnica 142, Anexo 1. Disponível em <http://bit.ly/2tlCft5>.

Regulação e concorrência no setor rodoviário

Bibliografia:

MATTOS, César. Concessões de rodovias e renegociação no Brasil. In OLIVEIRA, Gesner e CHRYSOSTOMO DE OLIVEIRA FILHO, Luiz. Parcerias Público-Privadas – Experiências, Desafios e Propostas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

DUTRA, Joísa; MENEZES, Flávio; SAMPAIO, Patrícia. Regulação e concorrência em concessões rodoviárias no Brasil. In PINHEIRO, Armando Castelar e FRISCHTAK, Cláudio Roberto. Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

Regulação e concorrência no setor portuário e integração logística

Bibliografia:

POMPERMAYER, Fabiano; CAMPOS NETO, Carlos; PEPINO DE PAULA, Jean Marlo. Hidrovias brasileiras: elevado potencial, mas por que não são implantadas? In PINHEIRO, Armando Castelar e FRISCHTAK, Cláudio Roberto. Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Regulação dos portos no Brasil: evolução e perspectivas. In PINHEIRO, Armando Castelar e FRISCHTAK, Cláudio Roberto. Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes. Rio de Janeiro: FGV, 2014.